

# PRIMEIRO ENCONTRO

(26.04.93)

*B*oa noite. Começarei propondo um pequeno programa que vocês poderão modificar. Não será uma autogestão total mas, talvez, um início de co-gestão. A autogestão pedagógica é um empreendimento muito difícil e nós não a poderemos improvisar no pequeno intervalo temporal de uma semana.

Neste nosso encontro, pensei em fazer uma apresentação geral da Análise Institucional, pontuando um aspecto muito importante que chamo de **Novo Campo de Coerência**.

Toda nova disciplina ou novo espaço de saber entra em contradição com o saber então instituído. Isso acontece, por exemplo, com as disciplinas ministradas nas universidades. Essas se batem, a todo momento, contra novas disciplinas que lutam para se instituir. A Análise Institucional, qual as disciplinas que a precederam, tem forças de teor instituinte e entra, portanto, em contradição com o já instituído. Partindo de tal perspectiva, hoje desejo começar a expor conceitos paradigmáticos da Análise Institucional. No encontro de amanhã proponho abordar conceitos mais operacionais, embora essa distinção não seja absoluta. Falarei, então, de minhas pesquisas concretas sob o nome de Socioanálise.

Para o encontro de quarta-feira, penso num tema mais específico, a Psicoterapia Institucional, que me permitirá enfocar, rapi-

damente, urna das dificuldades encontradas, em Análise Institucional, quanto ao conceito de contratransferência institucional. Tentaremos, inclusive, apreciar a relação entre este conceito e o de implicação.

Poderemos abordar as relações existentes entre a Análise Institucional e outras disciplinas, na quinta-feira. Por exemplo, com a Psicologia Social ou com a Psicanálise aplicada à pesquisa (e não referente à clínica), de George Devereux. Sou um sociólogo, não um clínico. Será possível, ainda, destacar as relações entre a Análise Institucional e a Sociologia, principalmente a Sociologia de campo, e a Filosofia. Tudo isso de forma extremamente rápida, infelizmente, a menos que queiram insistir em algum desses pontos. Por mim, poderíamos discutir, durante cinco meses, a relação entre a Análise Institucional e a dialética de Hegel. Mas, infelizmente, não será possível.

Pensei deixar para o último dia, sexta-feira, a discussão sobre as pesquisas em curso no departamento que me convidou, o de Psicologia Social e Institucional. Poderemos ver se faremos isso ou outra coisa.

(Neste momento, o professor Lourau indaga se os presentes querem perguntar ou acrescentar algo. Não há resposta.)

Para precisar o novo campo de coerência representado pela Análise Institucional, darei dois exemplos, por certo bem conhecidos de vocês. Em primeiro lugar, a aparição e o triunfo do campo de coerência sociológico; em segundo, a aparição e o triunfo do campo de coerência psicanalítico. Dois exemplos, entre muitos possíveis.

O campo de coerência da Sociologia surgiu em contradição com a Sociologia ministrada, à época, nas universidades; ou seja, em contradição com o saber eminentemente teórico da Sociologia

universitária. Lembremo-nos que os primeiros sociólogos fizeram escândalo e foram acusados das piores intenções contra a ordem moral. Eles destronaram a religião ... e a Filosofia.

As novas explicações para o social que, hoje, formam um novo campo de coerência, não foram aceitas pelo instituído de então. Durkheim, por exemplo, teve inúmeras dificuldades para impor seu trabalho. Não se pode confundir Durkheim com seus discípulos do século seguinte, pois, não tendo quaisquer dificuldades para impor o campo de coerência sociológico, já faziam parte do ora instituído. Durkheim foi instituinte. Seu campo de coerência aparecia à época como "loucura". O mesmo aconteceu a Freud quando propôs a Psicanálise: seu campo de coerência foi percebido, qual o de Durkheim, como incoerente. Já foi "loucura" pretender, como Freud, que a sexualidade tivesse um papel essencial em toda e qualquer atividade humana.

Sem querer nos comparar a esses dois exemplos famosos, vale, contudo, dizer que há alguma semelhança entre o surgimento do campo da Análise Institucional e a aparição da Sociologia ou da Psicanálise. A Análise Institucional teve muitos inícios e, também por essa amplitude, há severas dificuldades para se perceber seu campo de coerência. Creio ser mais fácil reconhecer e identificar o já conhecido, ou o instituído. Quanto ao "novo" - o "estranho", o "desconhecido" -, sempre temos podido isolá-lo como incoerente (e assim, ainda hoje, o fazemos).

Qual é o escândalo da Análise Institucional? Talvez o de propor a noção de implicação.

Quase todas as ciências estão baseadas na noção de não implicação ou desimplicação. As "teorias da objetividade" se baseiam na "teoria" da neutralidade. É claro que também outras disciplinas criticam essa idéia de objetividade; em particular, a Psicanáli-

se. De certa maneira, a Análise Institucional se situa no prolongamento do "escândalo psicanalítico" e, ao mesmo tempo, tenta explorar um outro campo de coerência, o de urna certa sociologia.

Sabemos que a Psicanálise e algumas tendências da Sociologia e da Antropologia há muito se interrogam sobre a posição do pesquisador frente à sua produção. Portanto, não somos nem completamente novos nem originais. Propomos, ao contrário da idéia de "originalidade das idéias", a multi-referencialidade. Esta não é sinônimo de pluridisciplinaridade; não é urna mera coleção de disciplinas justapostas. Refere-se ao apelo a diferentes métodos e ao uso de certos conceitos já existentes, a fim de construir um novo campo de coerência.

Outras disciplinas também fizeram esse tipo de trabalho.

Cito, por exemplo, a Psicoterapia Institucional que, de alguma forma, tomou de empréstimo a Pavlov alguns conceitos. A Análise Institucional, por sua vez, pediu de empréstimo o conceito de analisador a pesquisadores como Felix Guattari e, assim fazendo, também "emprestou" - ou "roubou", de maneira bizarra - o conceito de analisador a Pavlov. Aproveitamos o "furto" realizado por

. nossos amigos da Psicoterapia Institucional, e eu diria, com bastante eficácia, em "nosso" conceito de analisador.

Em um primeiro ponto de vista, a Análise Institucional pretende trabalhar a contradição, seguir uma lógica dialética em oposição à lógica identitária característica das demais ciências - à exceção da Psicanálise. Tenta analisar, em permanência, as suas próprias contradições, visto que só funciona dentro dessas (exatamente como qualquer ciência). Mas, reconhece isso; as outras ... não o procuram fazer. Nosso campo de coerência se apóia, essencialmente, na categoria de contradição. Os referenciais desse estão tanto em Hegel como em algumas formulações da lógica moderna.

A primeira contradição da Análise Institucional aparece na preocupação que ternos, por um lado, com a coerência e, por outro, com a multi-referencialidade. Por um lado, podem nos acusar de dogmatismo; por outro, podem também nos acusar, só que de ecletismo.

O segundo nível de contradição existe dentro de nossa teoria da instituição. A diferença da Sociologia, e da Psicanálise, não consideramos a instituição um "prédio". Infelizmente, a idéia de instituição como algo objetivo domina quase todas as ciências sociais. Por exemplo, na França, e talvez no Brasil, os psicólogos dizem: "eu trabalho em uma instituição", como uma forma de capitalizar prestígio. Isso é um absurdo! Com o sentido que estão dando a esse termo, os operários também trabalham em instituição. E então, que status privilegiado requerem os "trabalhadores das (em) instituições"? Se utilizarmos o modelo de instituição desses psicólogos, podemos afirmar que uma fábrica é uma instituição, urna escola é urna instituição, quaisquer quatro paredes/muros ou, mesmo, qualquer forma de organização material ou jurídica é urna instituição.

Esse uso abusivo da palavra instituição tem origem na teologia cristã, no meu país e no de vocês também. Para nós, todavia, da Análise Institucional, instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se **na** (e **em**) história, ou tempo. Tempo pode ser, por exemplo, dez anos para a institucionalização de crianças deficientes ou dois mil anos para a institucionalização da Igreja Católica. O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade. Até instituições como Igreja e Exército estão sempre em movimento, mesmo que não tenhamos essa impressão. O instituído, o *status quo*, atua com um

jogo de forças extremamente violento para produzir uma certa imobilidade; especialmente nos dois exemplos que acabei de dar. O que aprendemos, durante esses vinte anos de trabalho, foi conhecer melhor o instituído e os diversos níveis contraditórios na instituição. E é a isso que visa toda análise institucional, toda Socioanálise.

Não podemos nos contentar em ver apenas as grandes contradições. Há que se observar a contradição no interior do instituído e, inclusive, a contradição no interior do instituinte. Por volta de 1968, tínhamos uma visão um tanto maniqueísta da instituição. O instituído era imóvel como a morte e sempre mau; o instituinte era vivo como um jovem, menino ou menina, e sempre muito bom. Teóricos como Georges Lapassade e Felix Guattari foram, em parte, responsáveis por tal visão. Eu também tenho responsabilidade sobre isso.

Outra contradição paradigmática surge com relação ao conceito de institucionalização. A institucionalização é o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução. A partir do estudo de alguns grupos instituintes (que têm, por característica, uma vida curtal, temos investigado essas forças de autodissolução. Utilizamos-nos, em geral, de grupos de *avant-garde* - vanguardas político-artístico-culturais; grupos onde arte, política, cultura e ciência se misturam. Esses costumam ser extremamente diferentes uns dos outros, mas todos afirmam a importância da autodissolução.

Em meu livro - **A autodissolução das vanguardas**<sup>1</sup> - escolhi, como material para a pesquisa, variados manifestos de

.autodissolução. O grupo de rock Sex Pistols, por exemplo, produziu um texto de sociologia magnífico, no momento de sua autodissolução; assim como os surrealistas, a Internacional Situacionista, alguns grupos trotskistas, maoístas, anarquistas ... Igualmente rico é o texto de autodissolução da Escola Freudiana de Paris. Jacques Lacan me deu a autorização para reproduzi-lo em meu livro. Há também um texto, curto e bom, pertencente a uma sociedade de proteção aos animais, assinado por Brigitte Bardot (não pedi autorização para reproduzi-lo, pois ela já o publicara em jornal).

O movimento, ou força de autodissolução, está sempre presente na instituição, embora esta possa ter a aparência de permanente e sólida.

Há dez anos, quando me dediquei a essa pesquisa, a institucionalização do Partido Comunista Bolchevista da, então, União Soviética parecia um fenômeno natural e eterno. Em meu estudo, fiz uma brincadeira a esse respeito, perguntando: "quando o processo de autodissolução do Partido Comunista Bolchevista acontecerá?". Era um humor completamente abstrato, pensava. Exatamente dez anos depois, essa autodissolução foi instituída.

Outro nível de contradição relevante para a Análise Institucional é a existente na parte política de seu projeto. Para nós, o que se passa em algum momento da História - seja no Kremlin, por volta de 1920; na Espanha, de 36 e 37 (coletivização da indústria, agricultura e serviços); ou na Argélia, nos anos de 62/63, apenas para citar alguns exemplos conhecidos - é importante como ponto de referência. A Análise Institucional não esconde que é política, porém tampouco oculta que em sua "política" está, como motriz, o conceito de autogestão. Ressalto, ainda, que este concei-

<sup>1</sup> LOURAU, R. *L'autodissolution des avant-gardes*. Paris, Galilée, 1980.

to é um dos mais contraditórios. Faço especial referência à autogestão pedagógica.

Nós funcionamos, todos, em todos os lugares, sob a heterogestão; ou seja, "geridos" por "outrem". E a vivemos, geralmente, como coisa **natural**. A ciência política e todas as novas ciências da racionalidade econômica seguem por essa via. Pretendendo-se científicas, aceitam a instituído como natural, como se os homens tivessem uma natureza de escravos, como se sonhassem estar sempre submetidos a outros homens, e como se estes outros homens fossem super-homens... como se houvesse uma raça de homens superiores que **naturalmente** detém a propriedade privada da gestão "do mundo". As ciências são extremamente racistas. Consideram existentes duas raças de seres humanos: os dominantes e os dominados. A isso, se acrescenta o racismo sexual: as mulheres como dominados. Esta afirmação talvez surpreenda; no entanto, é a verdade nua e crua. Nós aceitamos, eu e vocês, essas coisas racistas e inaceitáveis. Aceitamos todas as racionalizações da heterogestão e, em geral, a pensamos insuperável. Talvez porque não tenhamos, ainda, conseguido efetivamente inventar a autogestão. A autogestão que existe, a que tem podido existir, acontece dentro de uma contradição total, já que a vida cotidiana, a minha e também a de vocês, se passa no terreno da heterogestão.

Gostaria agora de frisar uma outra contradição essencial, já citada anteriormente. Refere-se à noção de implicação. Cotidianamente, preferimos não nos colocar muitos problemas e, "permitindo" que se dê a heterogestão, "confiamos" a "autogestão" a outras pessoas. Isto alguns - Marx, por exemplo - chamam "alienação". Amamos nossa "alienação". Sentimos que é muito dolorosa a análise de nossas implicações; ou melhor, a análise dos "lugares" que ocupamos, ativamente, neste mundo. Ou, por exem-

plo, em nosso local de trabalho. Um coletivo de trabalho urge que "ocultemos" de nós mesmos, digamos, 80% de seu funcionamento real (ou "relacional"). Inclusive, necessita desse "ocultamento" para funcionar. É a verdade, a realidade. Não é mau, apenas, contraditório.

Tomando-me como exemplo: existe o risco de o professor estrangeiro se perceber como desimplicado, ou "irresponsável" - ao menos quanto à sua vida pessoal que pensa ter "deixado" em seu país de origem -, quando visita um outro país. Mas é claro que, mesmo "percebendo-me irresponsável", sou responsável pelo que faço aqui com vocês. Posso, porém, numa comparação exagerada, agir como no "mundo dos sonhos". Neste caso, todas as implicações de minha vida cotidiana na França são abolidas, suprimidas, à exceção de algumas poucas questões. Por exemplo, penso ter de telefonar para meu filho e minha filha. Eles ficariam muito contentes se eu lhes telefonasse do Brasil. Esta é uma implicação libidinal importante, mas muito limitada.

Com relação à minha vida profissional, sinto-me livre, liberado da pressão dos colegas e alunos da Universidade de Paris VIII, onde trabalho. Estou "desimplicado" com relação a eles. Posso dizer besteiras, como jamais ousaria fazer na frente deles. Isso é verdade, por exemplo, em relação às duas pesquisas em que trabalhava antes de pegar o avião para cá. Sobre estas, poderei, talvez, falar melhor no próximo encontro. A primeira é em um Instituto Médico Educativo, que atende a crianças débeis. Dou supervisão à equipe de técnicos. A segunda é um trabalho de consultoria num colégio nos arredores de Paris, situado numa zona sensível, com muita violência - um ambiente de grandes diferenças étnicas e culturais - e problemas que, acredito, são também familiares ao país de vocês. Esse tipo de trabalho demanda e produz muitas

implicações. Verão que me conduzirei com "fugas" para discutilas.

Uma outra contradição referente à implicação remete à pesquisa propriamente dita. Sabe-se, hoje, que o cientista confere à ciência os seus próprios valores, independente da posição ideológica que possui (seja esquerda, direita ou centro). Logo, a neutralidade axiológica, a decantada "objetividade", não existe. Mas a ciência necessita que ela "exista" e os cientistas, por vezes, nos fazem crer nessa "existência". Também eu, inúmeras vezes, acabo caindo nessa dupla armadilha. Sinto-me forçado, obrigado a parecer e a fazer acreditar na "neutralidade". Ao mesmo tempo, uma voz interior me acusa e alerta: "és um cretino, um imbecil!". Funcionamos com essa voz interior e, não raro, ensurdecemos a ela; caso contrário, certamente, ficaríamos definitivamente ensandecidos.

Nesse sentido, a História – e em particular, a história das ciências – nos mostra as implicações do pesquisador em situação de pesquisa como o essencial do trabalho científico (mesmo tais implicações sendo negadas). Por exemplo, os pesquisadores do programa de energia atômica nuclear puderam negar, durante muito tempo, suas implicações e dizer: "isso não existe". Mas, alguns anos após Hiroshima, os mesmos escreveram mil páginas de confissão, onde afirmavam: "somos idiotas". E era tarde demais. Sequer era "científico". A Análise Institucional tenta, timidamente, ser um pouco mais científica. Quer dizer, tenta não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento. Quando falamos em implicação com uma pesquisa, nos referimos ao conjunto de condições da pesquisa. Condições inclusive materiais, onde o dinheiro tem uma participação tão "econômica" quanto "libidinal".

Hoje pela manhã, na televisão, um político brasileiro dizia que a política permite gozar de algumas vantagens. A palavra gozo me chamou a atenção, pois se aplica ao poder político e, igualmente, ao científico – já que a ciência é um instrumento de poder político. Por conseguinte, as implicações políticas e libidinais e, é claro, materiais (financeiras) são uma realidade no ato científico. Isto não é nenhuma abstração inventada pela Análise Institucional. Penso que tais implicações **sempre** fazem parte do processo de pesquisa, conforme o conhecemos, por mais difícil que seja analisá-las. Reconheço, contudo, que existem contradições entre este projeto científico/político de análise das implicações e o sentido "positivo" ou "positivista" de ciência.

Podemos ilustrar melhor a teoria da implicação através de um pesquisador que, de alguma forma, teve uma participação indireta no Brasil e tem o seu templo aqui no Rio: Augusto Comte. Parece engraçado, mas Comte e o Positivismo nos ensinam muito sobre a teoria da implicação. Antes de passar às questões, gostaria de concluir minha exposição falando um pouco sobre isso. Não o previ no programa, mas me veio à cabeça ao final, da palestra. Gostamos de improvisação em Análise Institucional. E nosso lado "músicos de jazz"... Pena os músicos de jazz não serem, necessariamente, "institucionalistas". Ninguém é perfeito... Comte oferece um exemplo paradoxal, contraditório, que convém à Análise Institucional. Como bem sabem, inventou não só a Sociologia como a palavra sociologia. Há, ainda hoje, uma certa tendência das ciências sociais de se referirem a ele. É curioso observar o lema positivista da bandeira brasileira. Denuncia, sem dúvida, uma influência deste pensamento sobre a República do Brasil, em 1889.

Havia dito que o instituído é muito violento, nem um pouco tranqüilo. O instituído nas ciências sociais não escapa a essa

regra – nós ainda queremos esconder algumas "coisas incômodas". Por exemplo, o escândalo de Augusto Comte na "segunda fase", quando descobriu a importância do amor, criando um indesejável paradoxo com relação ao "primeiro Comte" – que eliminara de seu modelo científico o papel da subjetividade. Comte encontrou inúmeras dificuldades ao tentar fazer uma síntese entre os dois momentos de sua obra. Talvez porque essa fosse impossível.

A Análise Institucional não pretende "sintetizar" melhor do que Augusto Comte. As tentativas do Freudo-marxismo, de certa forma, tampouco chegaram a conseguir tal síntese. Nem a Psicossociologia construiu um campo de coerência unificado ou uniforme. Os jogos entre método objetivo e método subjetivo nos aparecem, em geral, como um campo de multi-referencialidade. E é por isso que Comte tem muitos méritos. Pelo menos, para nós.

O mais interessante é tentar descobrir como Comte construiu o segundo método, o subjetivo. O primeiro o havia deixado louco. Ele sempre teve alguns "problemas mentais" ... E depois, o acontecimento decisivo: por volta de 48 anos, descobre o amor. Até então, freqüentara somente prostíbulos. Mas, de repente ... o grande amor! O amor louco pela jovem irmã de um de seus discípulos! Podemos fazer interpretações freudianas imediatamente. Clotilde, a jovem namorada, infelizmente morreu muito nova. E Comte ficou desesperado. Ao mesmo tempo, sublimou, como diriam os psicanalistas, fazendo uma grande virada em toda a sua obra. É um exemplo, acredito, bastante raro na história das ciências.

A construção do paradoxo em Comte se parece um pouco com a situação concreta da Análise Institucional. Isso não quer dizer que sejamos todos loucos; sequer sempre amorosos, infelizmente. Mas que o amor e a loucura são "engrenagens" imprescindíveis

às mudanças. Talvez o surrealismo tenha contribuído para que aprendêssemos isso: é uma das nossas mais apreciadas referências. Gostaria ainda, posteriormente, de pensar um pouco mais com vocês sobre o exemplo de Comte e, quem sabe, construir relações entre este e a enorme dificuldade que os diferentes setores de ciências humanas têm para conviver com a multi-referencialidade.

Uma vez mais, quero afirmar que a Análise Institucional não pretende fazer milagres. Apenas considera muito importante, para a construção de um novo campo de coerência, uma relação efetiva, e nítida, com a libido e com os sentimentos em geral. A teoria da implicação, nós veremos, tem qualquer coisa que flerta com a loucura.

Agora, seria interessante discutir as perguntas que vocês, porventura, tenham a formular.

**Pergunta:** *Qual é a relação entre o sujeito do inconsciente, o sujeito da análise e a instituição? Isso não é uma exclusão? Como podemos articulá-los? (A pergunta viera formulada, por escrito, em francês. A tradutora pede que a responsável pela questão a formule em português, para todos. Descubra-se que tal pessoa já não se encontra no recinto.)*

**Lourau:** A pessoa nos propôs refletir sobre sua questão, durante sua ausência. O que acham? (Murmúrios dos presentes apontam a que se passe a novas questões.) Bem, então, prossigamos.

**Pergunta:** *Como você vê o fato de a Análise Institucional se desenvolver mais aqui, na América Latina, do que na Europa?*

**Lourau:** Talvez seja abusar dos paradoxos dizer que a Análi-se Institucional é mais desenvolvida na América Latina do que na Europa. Isto é um pouco verdade, mas não tanto, na América Latina há uma penetração da Análise Institucional nas profissões de psicologia que não existe em nenhum país da Europa, nem mesmo na França. Talvez, por serem os principais pesquisadores franceses institucionalistas – se deixarmos de lado os primeiros, que foram todos psiquiatras –, em sua maioria, de formação política e/ou sociológica. Na Europa, não temos muito diálogo com os "psi"; na América Latina, no entanto, sentimos um grande interesse, por parte desses profissionais, na Análise Institucional. Minha hipótese é de que isto se deve, em parte, à questão política.

Em países que conheceram regimes autoritários, parece que se reuniram condições para psicologizar a política e, assim, negá-la. Alguns psicólogos, na América Latina – quem sabe, os mais lúcidos –, tendo consciência dessa situação, procuraram, e procuram talvez, meios diversos para se repolitizar. Agrada-me pensar que a Análise Institucional foi, e é, um desses meios, e que tem desempenhado um papel, poderíamos dizer, de politização daquilo que estaria sendo por demais psicologizado.

Uma outra explicação poderia ser a influência do Marxismo na América Latina. Parece-me, e talvez me engane, que o Marxismo não teve, aqui, urna função educativa tão vasta quanto na Europa. Embora possa estar equivocado, assim sinto após algumas visitas a países da América Latina – México, Argentina, Uruguai e Brasil. A Análise Institucional serviria, penso, um pouco como um "substituto" do Marxismo; mesmo não sendo uma teoria marxista, o reconhecemos, dentro da linha da multi-referencialidade, como uma de nossas referências. Uma referência entre outras, porém imprescindível. Em particular, todo o relati-

vo à Teoria do Estado nos marcou muito, através da obra de Henri Lefebvre. O sociólogo Lefebvre foi meu mestre, ainda que eu nunca tenha sido comunista e ele o tenha sido durante toda a sua vida. Seu marxismo aberto e anti-dogmático nos ajudou bastante.

Na América Latina, talvez não tenham conhecido muito esse "marxismo da liberdade". Talvez tenham sido mais influenciados pelo neo-dogmatismo marxista; quiçá, o de Louis Althusser. Não podemos julgar, tão facilmente, como as influências desempenham papéis num continente ou noutro.

***Pergunta:** Durante sua explanação, você citou a teoria da alienação marxista. Como ela está relacionada à Análise Institucional?*

**Lourau:** Essa pergunta tem muita relação com a minha resposta anterior, pois Lefebvre trabalhou exaustivamente o conceito de alienação. Não integramos completamente esse conceito à Análise Institucional, mas trabalhamos, e com severidade, todos os teóricos marxistas da alienação, assim como, é claro, Hegel, que é a origem dessa teoria e não era marxista.

A alienação se refere a um fenômeno real, como assinalei, diversas vezes, ao dizer que nós estamos, todos, dentro da heterogestão. É uma maneira de descrever nossas condições de existência e, particularmente, a condição da pesquisa para o pesquisador, da educação para o educador, etc... A separação, identificada à alienação, não foi estudada pelos marxistas como o foi por nós, pois o marxismo não possui o conceito de instituição. O Marxismo – falo de urna forma vaga, caricatural – considera o fenômeno da alienação de um modo muito geral, somente em termos da relação entre classes sociais. Do meu ponto de vista, tal concepção, apesar de exata, não nos permite análises concretas,

favorecendo discursos também muito gerais. Para o Marxismo, a instituição não é relevante: faz parte da superestrutura e não tem existência real, sendo apenas reflexo da base econômica. Quanto a essa divisão entre superestrutura e infra-estrutura, nos opomos ao marxismo. A instituição tem uma base material e é terrivelmente importante. Instituição não é um sinônimo de idéia. Teremos oportunidade de ver isso melhor nos próximos encontros.

Existe um momento de ideologia nas instituições, usando-se o termo no sentido dialético hegeliano: é o momento da universalidade. Existe também o momento da particularidade – a primeira negação –, onde apreendemos a questão da base social e das relações entre as classes sociais. Até aí, estamos de acordo com Marx. Mas o terceiro momento não foi percebido por Marx, nem pelos marxistas. Não perceberam a importância da base material. O marxismo se diz materialista, mas é idealista, infelizmente.

***Pergunta:** Você coloca a autogestão como um modo de operar legítimo, contraposto a um modo ilegítimo, a heterogestão. Existe um projeto de revolução que implemente a hegemonia da autogestão? Seria, dentro da lógica dessa normatização, feio, imoral ou ilegal, que em determinada circunstância se escolhesse operar num modelo de heterogestão?*

**Lourau:** Não existe questão de legitimidade e ilegitimidade quanto à hetero/autogestão. Se dei a impressão de falar nesses termos, ou operar tais separações, cometi um erro. Afirmar que há uma contradição entre autogestão e heterogestão; que vivemos na heterogestão, o que nos aliena, nos priva de nossa autonomia, de nossa liberdade. Talvez essa seja uma maneira de denominá-la "ilegítima". Mas, para pensarmos numa autogestão legítima ou numa

heterogestão ilegítima, é importante que aprofundemos tais qualificações. Elas têm um "ar jurídico" que me incomoda. Ao mesmo tempo, entendo o sentido da questão.

Quanto à existência de um programa revolucionário. Entendo a idéia de autogestão, imagino que tenhamos as mesmas informações. Existem, em diversos países, movimentos e partidos políticos que falam da história da autogestão. Penso existirem no Brasil também. Acredito em micromovimentos autogestionários no Brasil, como em outros países da América Latina. Em Montevideu, no Uruguai, por exemplo, existe uma comunidade anarquista, onde irei passar alguns dias na próxima semana, que pratica a autogestão, ou tenta praticá-la, tendo esta elementos de loucura e misticismo. Eles têm, inclusive, uma editora e publicam livros sobre autogestão. E também irão publicar um livro meu, brevemente.

Na Europa, são principalmente as correntes anarquistas que conservam esse projeto em seu programa. Na França, os partidos de esquerda ofereceram projetos de autogestão como um programa de governo, nas eleições de 1981. Programa este que levou, então, a esquerda ao poder. Mas não foi uma coisa realmente seria.